



Simulado Especial TJ PE

TJ PE

Técnico Judiciário - Judiciária
- Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ-PE (Técnico Judiciário - Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PE**, cargo de **Técnico Judiciário - Judiciária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Dp4eL9P8maBwn4Es6>

01 - A B C D	13 - A B C D	25 - A B C D	37 - A B C D	49 - A B C D
02 - A B C D	14 - A B C D	26 - A B C D	38 - A B C D	50 - A B C D
03 - A B C D	15 - A B C D	27 - A B C D	39 - A B C D	51 - A B C D
04 - A B C D	16 - A B C D	28 - A B C D	40 - A B C D	52 - A B C D
05 - A B C D	17 - A B C D	29 - A B C D	41 - A B C D	53 - A B C D
06 - A B C D	18 - A B C D	30 - A B C D	42 - A B C D	54 - A B C D
07 - A B C D	19 - A B C D	31 - A B C D	43 - A B C D	55 - A B C D
08 - A B C D	20 - A B C D	32 - A B C D	44 - A B C D	56 - A B C D
09 - A B C D	21 - A B C D	33 - A B C D	45 - A B C D	57 - A B C D
10 - A B C D	22 - A B C D	34 - A B C D	46 - A B C D	58 - A B C D
11 - A B C D	23 - A B C D	35 - A B C D	47 - A B C D	59 - A B C D
12 - A B C D	24 - A B C D	36 - A B C D	48 - A B C D	60 - A B C D

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Jh6N>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01****Por que o imediatismo humano é uma grande ameaça à civilização**

Quão frequentemente nós hoje, na vida adulta, podemos dizer que estamos pensando no bem-estar das gerações futuras? Com que frequência avaliamos o impacto das nossas decisões que vão se desdobrar nas décadas e nos séculos futuros?

Parte do problema é que o “hoje” demanda muita atenção. Estamos saturados de informação e os padrões de vida nunca foram tão altos - mas é difícil olhar além do ciclo de notícias atuais. Parafraseando a investidora Esther Dyson: na política, o período de tempo dominante é um mandato; na moda, uma estação; para as corporações, um trimestre; na internet, minutos; e nos mercados financeiros, meros milissegundos.

A sociedade moderna está sofrendo de “exaustão temporal”, disse certa vez a socióloga Elise Boulding. “Se alguém está sem fôlego o tempo todo só de lidar com o presente, não há energia para imaginar o futuro”, escreveu ela em 1978. Não é por acaso que problemas sérios como mudança climática ou desigualdade pareçam tão difíceis de lidar agora.

É por isso que pesquisadores, artistas, tecnólogos e filósofos estão começando a concordar com a ideia de que o imediatismo pode ser a maior ameaça à nossa espécie neste século. Entre eles, estão filósofos que falam sobre o dever moral de priorizar nossos descendentes distantes.

O que esses pensadores de diferentes áreas compartilham é uma ideia simples: que a longevidade da civilização depende de ampliarmos nossa referência de período de tempo. E se pudéssemos ser altruístas o suficiente para nos importarmos com pessoas que provavelmente jamais conheceremos? E se o fizermos, do que teremos de abrir mão para sair de vícios imediatistas?
[...]

(Fonte: Richard Fisher. Disponível em: bbc.com/portuguese/. Adaptado)

1. No início do texto, o autor levanta perguntas sobre nossa responsabilidade com as futuras gerações. Considerando as ideias apresentadas, é correto afirmar que essas indagações:

- a) recebem uma resposta promissora, revelando a capacidade da humanidade de conciliar o presente com um futuro melhor.
- b) revelam a ansiedade da geração atual, obcecada por questões futuras, como a mudança climática.
- c) servem como uma tática de retórica para questionar a busca por resultados imediatos na sociedade atual.
- d) sugerem que a reflexão sobre o bem-estar futuro se sobrepõe às demandas presentes da sociedade.

2. Considere a passagem seguinte para responder à questão.

“Não é por acaso que problemas sérios como mudança climática ou desigualdade pareçam tão difíceis de lidar agora.”

A expressão “por acaso” cumpre, no texto, o papel semântico de:

- a) Indicar a chance remota de ocorrência.
- b) Reforçar o caráter intencional dos fatos.
- c) Suavizar a responsabilidade pelos problemas.
- d) Expressar dúvida sobre a informação.

3. Em relação à pontuação da sentença: “Parafraseando a investidora Esther Dyson: na política, o período de tempo dominante é um mandato; na moda, uma estação; para as corporações, um trimestre; na internet, minutos; e nos mercados financeiros, meros milissegundos.”, analise as afirmativas abaixo.

- I. Usa-se o sinal de dois-pontos para introduzir uma citação direta.
- II. Todas as vírgulas indicam a elipse de termos, contribuindo assim para a concisão.
- III. No período, o sinal de ponto e vírgula serve para separar orações coordenadas.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.

4. Em todas as alternativas abaixo o vocábulo “que” encontra-se destacado. Assinale a opção em que sua classificação morfológica é diferente da dos demais.

- a) “podemos dizer que estamos pensando no bem-estar das gerações futuras?” (1º§).
- b) “Parte do problema é que o ‘hoje’ demanda muita atenção” (2º§).
- c) “Entre eles, estão filósofos que falam sobre o dever moral” (4º§).
- d) “concordar com a ideia de que o imediatismo pode ser a maior ameaça” (4º§).

5. Em “É por isso que pesquisadores, artistas, tecnólogos e filósofos estão começando a concordar com a ideia de que o imediatismo pode ser a maior ameaça à nossa espécie neste século” (4º§), há duas ocorrências da preposição “a”. Sobre elas, é correto afirmar que:

- a) um dos casos exemplifica uma ocorrência facultativa de crase.
- b) ambas ilustram casos de regência verbal.
- c) a primeira ocorrência se justifica pela regência do verbo “concordar”.
- d) a segunda ocorrência se deve pela presença do pronome possessivo.

6. Em “*E se pudéssemos ser altruístas o suficiente para nos importarmos com pessoas que provavelmente jamais conheceremos?*” (5º§), ocorre uma locução verbal. Sobre ela, é correto afirmar que:

- a) o verbo auxiliar exprime a noção de hipótese, de desejo.
- b) o verbo auxiliar está flexionado no modo Indicativo.
- c) o verbo principal concorda em número e pessoa com o sujeito.
- d) o verbo principal poderia estar flexionado no plural.

7. Em “mas é difícil olhar além do ciclo de notícias atuais” (2º§), tem-se um período composto, em que a segunda oração exerce a função sintática de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) predicativo.
- b) objeto direto.
- c) adjunto adnominal.
- d) sujeito.

TEXTO 02

Nunca soube _____ tanta gente teme o futuro.

Nunca vi o futuro matar ninguém,

Nunca vi o futuro roubar ninguém,

Nunca vi nada que tivesse acontecido no futuro.

Terrível é o passado ou, pior, o presente!

(Fonte: Millôr Fernandes. Disponível em: pensador.com)

8. Nos versos “Nunca vi o futuro matar ninguém” e “Nunca vi o futuro roubar ninguém”, a linguagem figurada confere maior expressividade ao texto. Essas construções ilustram a seguinte figura:

- a) personificação.
- b) metáfora.
- c) ironia.
- d) metonímia.

9. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna do texto em: “Nunca soube _____ tanta gente teme o futuro”.

- a) porquê.
- b) porque.
- c) por que.
- d) por quê.

10. No verso “*Nunca vi nada que tivesse acontecido no futuro*”, o valor semântico da oração destacada é reforçado pela presença de uma forma verbal que indica:

- a) possibilidade em relação ao passado.
- b) uma ação pontual ocorrida no passado.
- c) incerteza sobre um fato do presente.
- d) uma ação futura oriunda do passado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. A negação da proposição “Pedro foi à praia e disse que o mar estava azul” é:

- a) Pedro não foi à praia e disse que o mar não estava azul.
- b) Pedro não foi à praia e não disse que o mar estava azul.
- c) Pedro não foi à praia ou disse que o mar não estava azul.
- d) Pedro não foi à praia ou não disse que o mar estava azul.

12. Observe a sequência infinita a seguir:

1, 3, 12, 14, 56, 58, 232 ...

Considerando que a sequência apresenta uma lei de formação, o décimo termo dessa sequência é:

- a) 932
- b) 938
- c) 936
- d) 934

13. João vai ao médico sempre que não enxerga bem ou tem dor abdominal. Quando João vai ao médico, ele faz um grande drama. Hoje João não fez um grande drama. Logo, é correto afirmar que, hoje, João

- a) foi ao médico ou enxergou bem.
- b) teve dor abdominal ou foi ao médico.
- c) enxergou bem e teve dor abdominal.
- d) teve dor abdominal e não fez um grande drama.

14. Alguns patos são tigres. Todos os tigres são animais ferozes. Logo, é correto afirmar que:

- a) algum pato é um animal feroz.
- b) nenhum animal feroz é pato.
- c) nenhum pato não é um animal feroz.
- d) todo animal feroz é um tigre.

15. Em um colégio há 4 professores de física, 2 de geografia e 5 de inglês. O número de grupos com quatro professores que podem ser formados de maneira que, em cada um, haja pelo menos um professor de física é:

- a) 330
- b) 150
- c) 295
- d) 495

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

16. A determinação constitucional para que os entes públicos realizem avaliação das políticas públicas, inclusive dos resultados por elas alcançados, estabelecida por meio da Emenda Constitucional 109/2021, relaciona-se diretamente ao princípio expresso da

- a) moralidade.
- b) eficácia.
- c) eficiência.
- d) publicidade.

17. No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa correta à luz das regras constitucionais:

- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
- b) a proibição de acumular cargos abrange autarquias, fundações e empresas estatais prestadoras de serviços públicos, mas não empresas estatais que explorem atividade econômica.
- c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, os juízes estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
- d) o servidor público civil está proibido de se associar a sindicatos.

18. Assinale a alternativa que descreve o princípio constitucional da legalidade:

- a) exige a observância de padrões éticos por parte dos agentes públicos.
- b) condiciona a ação estatal, seja determinando que a administração pública tome uma providência, seja a autorizando a agir.
- c) permite atuações administrativas que vão além da lei.
- d) exige o alcance de resultados positivos e a redução de desperdícios.

19. A expedição de ordem, por um superior hierárquico, para que determinado agente público proceda à lavratura de uma certidão em determinada repartição pública é manifestação do poder

- a) disciplinar.
- b) regulamentar.
- c) hierárquico.
- d) de polícia.

20. Assinale abaixo a alternativa que NÃO apresenta uma característica típica do poder de polícia:

- a) possibilidade de se manifestar mediante atos administrativos concretos ou gerais.
- b) autoexecutoredade, apenas em casos de urgência ou expressa previsão legal, permitindo-se sua execução direta pelo poder público.
- c) incidência diretamente sobre pessoas, para persecução de ilícitos criminais.
- d) possibilidade de delegação a pessoas jurídicas de direito privado, atendidos os requisitos aplicáveis.

21. Suponha que determinada fundação pública de direito público celebrou contrato de gestão com certo órgão da administração direta, ampliando sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira. Neste caso, a referida entidade consiste em uma:

- a) agência reguladora.
- b) organização social.
- c) organização da sociedade civil de interesse público.
- d) agência executiva.

22. Suponha que as situações abaixo indicadas, relacionadas à atuação do Poder Judiciário, provocaram danos a particulares:

- I. Preso além do tempo fixado na sentença.
 - II. Erro judiciário.
 - III. Falha culposa na prestação do serviço público.
 - IV. Conduta estatal causadora de dano sem a existência de dolo ou culpa do agente responsável.
- Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses em que haverá responsabilidade estatal.
- a) I, II e IV.
 - b) I, III e IV.
 - c) II, III e IV.
 - d) I, II, III e IV.

23. No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A autoexecutoriedade é atributo presente em todo ato administrativo.
- b) A finalidade de todo ato administrativo deve ser o interesse público, sob pena de se caracterizar excesso de poder.
- c) Ato complexo é aquele que surge da manifestação de um único órgão, embora dependente da confirmação de outro órgão para se aperfeiçoar.
- d) Atos administrativos vinculados e atos consumados são irrevogáveis.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

24. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e em obrigações, ressalvadas as situações relativas ao acesso a cargos públicos.
- b) é vedada a tortura, assim como qualquer forma de tratamento desumano ou degradante.
- c) são gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento, a carteira nacional de habilitação e a certidão de óbito.
- d) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja conveniente ao Estado.

25. A respeito dos direitos constitucionais do cidadão, julgue os itens a seguir:

- I – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, exceto nos casos previstos em lei.
- II - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- III - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Estão corretos, apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

26. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito dos direitos sociais:

- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- b) A Constituição assegura aos empregados relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- c) É assegurada – apenas aos trabalhadores urbanos – a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- d) A Constituição assegura aos trabalhadores aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

27. Assinale a alternativa correta a respeito da Administração Pública na Constituição:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros.
- b) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- c) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- d) é garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.

28. Joaniclébisson, servidor público estadual, foi eleito para o cargo de Governador do Estado. Conforme o disposto na Constituição Federal, ele:

- a) poderá acumular o cargo efetivo e o mandato eletivo.
- b) poderá optar por receber o subsídio do mandato eletivo ou a remuneração do cargo efetivo.
- c) precisará afastar-se do cargo efetivo.
- d) não poderia ter sido eleito, já que os servidores públicos são inelegíveis.

29. Pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

- a) Presidente da República.
- b) Presidente do Senado Federal.
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) Confederação sindical.

30. Se o Tribunal de Contas do Estado, ilegalmente, negar registro à aposentadoria do servidor efetivo Fulano, cujo processo encontrava-se na corte de contas há mais de cinco anos, o servidor pode ajuizar:

- a) *habeas corpus*.
- b) *habeas data*.
- c) mandado de injunção.
- d) mandado de segurança.

31. Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:

- a) o crime político.
- b) o *habeas corpus* em que Governador de Estado seja paciente.
- c) a extradição solicitada por estado estrangeiro.
- d) o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL*Cadu Carrijo*

32. A respeito da emancipação, instituto que prevê a cessação da incapacidade para os menores, marque a opção que não é hipótese que emancipa:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) pelo casamento.
- c) pelo exercício de emprego público efetivo e pela colação de grau em curso de ensino superior.
- d) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, ainda que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos não tenha economia própria.

33. São pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações públicas.
- b) os empreendimentos de economia solidária.
- c) as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- d) as autarquias municipais.

34. A respeito do domicílio necessário, marque a opção correta:

- a) O domicílio do incapaz é o do seu representante, procurador ou assistente.
- b) O domicílio do servidor público é o lugar da sede do Governo.
- c) O domicílio do militar da Marinha ou da Aeronáutica é o lugar onde servir.
- d) O domicílio do preso é o lugar em que cumprir a sentença.

35. Considerando-se os bens considerados públicos de acordo com a previsão contida no Código Civil, marque a opção correta:

a) São bens públicos os de uso comum do povo, os de uso especial, mas não os dominicais, pois esses possuem características de direito privado.

b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

c) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

d) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.

36. Para que um negócio jurídico seja válido, é preciso que cumpra determinados requisitos. A respeito das questões relacionadas aos negócios jurídicos, marque a que está correta:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, e aproveita aos co-interessados capazes.
- c) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizado o termo a que ele estiver subordinado.
- d) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, inclusive quando a lei expressamente a exigir.

37. É nulo o negócio jurídico quando, exceto:

- a) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- b) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- c) por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- d) a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

38. Sobre as nulidades no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) As citações e as intimações serão anuláveis quando feitas sem observância das prescrições legais.
- b) O erro de forma do processo acarreta a nulidade de todo o processo.
- c) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- d) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

39. Sobre a tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- b) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- c) A tutela provisória é irrevogável.
- d) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, a qualquer juízo.

40. Segundo o Código de Processo Civil, o pedido será _____ quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) alternativo
- b) sucessivo
- c) subsidiário
- d) cumulativo

41. Sobre os recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda se distintos ou opositos os seus interesses.
- c) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

42. No que diz respeito aos embargos à execução, assinale a alternativa incorrecta.

- a) Serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Serão distribuídos por dependência.
- c) Terão efeito suspensivo.
- d) Não depende de penhora, depósito ou caução.

43. Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca das normas fundamentais, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- () As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
- () Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V
- b) F - V - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Renan Araujo*

44. Com o fim de subtrair alguns objetos de valor, Renato entrou sorrateiramente na casa de seu primo Murilo. Já dentro da casa, Renato encontrou um relógio avaliado em R\$ 20.000,00. O relógio se encontrava ao lado de uma foto antiga, na qual ele e seu primo estavam abraçados com a falecida avó. Arrependido, Renato desiste de prosseguir e vai embora sem nada levar.

Nesse caso, a conduta de Renato configura:

- a) fato atípico, dada a desistência voluntária.
- b) furto simples tentado.
- c) crime de violação de domicílio, em razão do arrependimento eficaz.
- d) crime de violação de domicílio, em razão da desistência voluntária.

45. Acerca do erro de tipo e do erro de proibição, assinale a alternativa incorrecta:

- a) O erro de tipo sempre afasta o dolo, mas permite punição na forma culposa, se prevista em lei.
- b) O erro de proibição vencível configura hipótese de exclusão da culpabilidade.
- c) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
- d) Considera-se evitável o erro de proibição se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

46. Acerca dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a alternativa incorrecta:

- a) A conduta de matar mulher por razões da condição do sexo feminino configura o crime de homicídio qualificado pelo feminicídio.
- b) A majorante relativa ao repouso noturno não se aplica ao furto qualificado, de acordo com o entendimento do STJ.
- c) O perdão judicial é cabível no homicídio culposo, quando o Juiz considerar que as consequências da infração atingiram o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se mostra desnecessária, o que também é aplicável à lesão corporal culposa.
- d) No crime de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

47. Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa incorrecta:

- a) A adulteração de testamento particular configura o crime de falsificação de documento público.
- b) A conduta de inserir informação falsa em documento particular, com o fim de prejudicar direito, configura o crime de falsificação de documento particular.
- c) O cartão de crédito e o cartão de débito são equiparados a documento particular para fins penais.
- d) O crime de falsidade ideológica, mesmo que praticado em documento público, é considerado um crime comum, não se exigindo do sujeito ativo nenhuma qualidade especial.

48. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Configura crime de peculato a conduta de dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- b) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime próprio, que somente pode ser praticado pelo funcionário público que seja também advogado.
- c) O crime de prevaricação pode ser praticado na forma omissiva ou na forma comissiva, mas sempre com o dolo específico de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica ou atípica da Administração Pública.

49. Em uma conversa entre amigos, Daniela contou a Johnny que possuía um processo tramitando na 1º Vara Cível da Comarca da Capital. Com o fim de obter vantagem, Johnny solicitou a Daniela a quantia de R\$ 2.000,00, a pretexto de influenciar o Juiz da causa, a fim de que ele viesse a proferir sentença favorável. Johnny alegou que era amigo do magistrado e, portanto, poderia convencê-lo a proferir sentença favorável à Daniela. Todavia, Johnny sequer conhecia o Juiz da causa, pretendendo apenas enganar Daniela a fim de obter a vantagem indevida.

Nessa situação, Johnny deverá responder pelo crime de:

- a) exploração de prestígio.
- b) corrupção ativa.
- c) corrupção passiva.
- d) tráfico de influência.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

50. Com relação à natureza e aos princípios que regem a ação penal no âmbito do processo penal brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A partir do momento em que a denúncia for oferecida, a representação não poderá mais ser retratada.
- b) Em se tratando de ação penal pública, qualquer cidadão pode provocar o Ministério Público, encaminhando-lhe informações por escrito que contenham os dados do fato, sua autoria, o local, o momento e outros elementos que auxiliem na apuração.
- c) O órgão do Ministério Público é impedido de desistir da ação penal pública, uma vez proposta.
- d) Nos crimes de ação penal exclusivamente privada, a queixa-crime não poderá ser complementada ou modificada pelo Ministério Público.

51. Acerca dos sujeitos do processo penal e conforme as disposições previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao Ministério Público promover tanto a ação penal pública quanto a ação penal privada, conforme o caso.
- b) É função do juiz atuar como fiscal da lei durante a tramitação do processo penal.
- c) Se o réu estiver foragido e tiver sido citado por edital, poderá ser processado sem a presença de defensor constituído.
- d) O réu que possuir recursos financeiros deverá arcar com os honorários do defensor dativo, conforme fixação judicial.

52. De acordo com as normas previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se formado o processo penal quando for realizada a citação do acusado.
- b) Caso o acusado não seja localizado, deverá ser citado por meio de edital, com prazo de 10 (dez) dias para manifestação.
- c) Nos casos em que o réu for militar, a citação deverá ser realizada apenas pessoalmente.
- d) As citações que precisarem ser realizadas em sedes de representações diplomáticas estrangeiras ocorrerão através do envio de carta precatória.

53. Assinale o delito que não faz parte do rol de crimes que comportam a prisão temporária de acordo com a Lei n. 7.960/1989 (prisão temporária).

- a) Homicídio doloso (artigo 121 do Código Penal).
- b) Estupro (art. 213 do Código Penal).
- c) Furto com emprego de explosivo (art. 155, § 4º-A, do Código Penal).
- d) Epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).

54. Nos termos do artigo 301 do Código de Processo Penal, é permitido a qualquer pessoa efetuar a prisão de alguém que esteja sendo surpreendido em situação de flagrante delito. Essa previsão legal caracteriza o chamado:

- a) Flagrante facultativo, como expressão do exercício regular de um direito.
- b) Flagrante coercitivo, fundamentado no exercício legítimo de um direito.
- c) Flagrante facultativo, baseado no estrito cumprimento do dever legal.
- d) Flagrante obrigatório, por se tratar de hipótese de cumprimento de dever legal.

55. Sobre o instituto da fiança no processo penal brasileiro, conforme previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de prisão de natureza civil ou militar, não será possível a concessão de fiança.
- b) Ao fixar o valor da fiança, devem ser consideradas a situação econômica do acusado, sua conduta anterior, aspectos de sua personalidade, sinais de periculosidade e o custo estimado do processo investigatório.
- c) A partir do momento em que é concedida a fiança, o réu fica dispensado de cumprir quaisquer medidas cautelares, inclusive quanto à obrigação de informar mudança de domicílio ou ausência prolongada.
- d) Quando a pena máxima prevista para o crime não ultrapassar quatro anos de reclusão, a fiança deverá ser arbitrada entre 10 e 200 salários-mínimos.

LEGISLAÇÃO - RESOLUÇÃO N° 395/2017; LEI COMPLEMENTAR N° 100/2007 - CAPÍTULO I – ARTIGOS DE 17º A 47º; LEI ESTADUAL N° 6.123/1968; RESOLUÇÃO CNJ N° 185/2013 E LEI N° 11.419/2006

Tiago Zanolla

56. Durante o primeiro trimestre do ano, o Tribunal de Justiça de Pernambuco detectou a existência de cinco vagas na classe superior da carreira de apoio administrativo. O setor de gestão de pessoas, então, realizou a apuração de antiguidade e interstício com base nos dados de janeiro. Entretanto, não havia servidores qualificados à época. Com base na Lei nº 6.123/1968, a Administração:

- a) deveria ter preenchido imediatamente as vagas com base na apuração de janeiro, considerando o interesse público.
- b) deverá realizar nova apuração no trimestre seguinte e poderá retroagir os efeitos ao trimestre anterior, caso haja servidor apto.
- c) deve preencher as vagas com base na próxima apuração, vedada qualquer retroação dos efeitos.
- d) não pode preencher as vagas até que todas as classes anteriores estejam totalmente ocupadas.

57. Em razão do crescimento da demanda processual nas regiões interioranas de Pernambuco, o Tribunal de Justiça do Estado passou a analisar medidas administrativas para garantir o pleno acesso à Justiça. Em uma das sessões administrativas, foi proposta a criação de novas unidades com competência jurisdicional específica e, ainda, o apoio provisório de magistrados em razão do acúmulo de feitos. Durante os debates, também foram tratadas medidas relacionadas à composição das Câmaras, impedimentos de julgadores e à renovação da cúpula diretiva do TJ-PE.

Considerando a disciplina da Lei Complementar nº 100/2007, é correto afirmar que:

- a) A criação de Câmaras regionais depende de deliberação legislativa e só pode ocorrer nos municípios que possuam sede de comarca, sendo suas regras de funcionamento fixadas por Resolução do Presidente do TJ.
- b) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau podem compor a mesma Câmara, desde que em turnos diferentes de julgamento, sob pena de nulidade parcial.
- c) Em casos excepcionais de acúmulo processual, podem ser criadas Câmaras Extraordinárias, integradas por Desembargadores que atuarão cumulativamente às suas funções ordinárias, conforme previsão regimental.
- d) Os cargos de direção do Tribunal compreendem, exclusivamente, os de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Secretário-Geral de Administração Judiciária, todos eleitos pelo voto aberto da maioria dos membros do Tribunal.

58. Durante sessão administrativa do Pleno do TJ-PE, foi submetida à deliberação proposta de modificação regimental para alterar a estrutura de composição dos Grupos de Câmaras Cíveis. A proposta também previa a criação de uma nova Seção especializada. Ao ser colocada em votação, apenas 22 dos 50 membros votaram favoravelmente. Ao mesmo tempo, uma sessão ordinária dos Grupos de Câmaras foi suspensa por

ausência de representantes de uma das Câmaras integrantes. À luz do Regimento Interno do TJ-PE, é correto afirmar que:

- a) A modificação relativa à composição dos órgãos exigiria aprovação por maioria absoluta, e a ausência de representantes de uma das Câmaras não impediria a instalação da sessão.
- b) A proposta não foi validamente aprovada, pois alterações sobre composição de órgãos exigem quórum qualificado de dois terços.
- c) A criação de novo órgão jurisdicional, mesmo regimental, prescinde de deliberação plenária, bastando a edição de resolução pela Presidência.
- d) A sessão suspensa poderia ter sido realizada com maioria absoluta dos membros presentes, ainda que ausente um representante de cada Câmara.

LEGISLAÇÃO - LEI N° 14.133/21

Antônio Daud

59. Segundo a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), nas contratações em que o poder público verifique a necessidade de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, adotar-se-á a modalidade licitatória denominada:

- a) Concurso.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Concorrência.
- d) Pregão.

60. Assinale a alternativa que menciona corretamente hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) construção de estabelecimentos penais.
- c) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$ 100 mil.
- d) contratação de serviços técnicos de aperfeiçoamento de pessoal.

Discursiva

Considerando as disposições da Lei 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, analise e discuta a importância da estabilidade para o servidor público. Destaque os principais fundamentos que embasam a concessão da estabilidade, bem como suas implicações no cenário da administração pública. Além disso, aborde possíveis críticas ou questionamentos em relação a esse instituto, ponderando sobre a necessidade de eventuais ajustes na legislação para melhor atender às demandas contemporâneas da gestão pública. Apresente argumentos embasados e proponha, se julgar pertinente, sugestões para aprimoramento do sistema de estabilidade.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>